



Observatório  
das Metrôpoles  
Instituto Nacional de  
Ciência e Tecnologia

## **Governança Local Neoliberal: adoção de Instrumentos Pró-Mercado e Mudanças Regulatórias nos Municípios**

Orlando Santos Junior e Patrícia Novaes

Objetivo: traçar um panorama da difusão dos instrumentos pró mercado nas políticas urbanas: parcerias público-privadas, as PPPs e OUCs.

- Em que medida os resultados apresentados podem contribuir para compreender quem governa e como se governa a cidade?
- Como estes resultados podem contribuir para qualificar a relação do poder público com o mercado, suas relações de força e a capacidade de negociação e barganha do governo local?
- Perspectivas e desdobramentos

## **1. Parceria Público Privada: abordagem teorica**

Referência: The neoliberal city - Jason Hackworth (2007)

Um dos princípios da governança neoliberal no âmbito local é a cooperação público-privada. Essas alianças podem variar consideravelmente na sua forma, mas crescentemente se espera que a governança das cidades possa servir tanto para facilitar o mercado quanto para responder às falhas ou insuficiências do mercado (p. 61)

A teoria do regime urbano e o poder local - A teoria do regimes urbanos enfatiza os seguintes aspectos: (i) a importância da construção da coalizão de poder como um princípio central da teoria pluralista; (ii) a capacidade de exercer liderança em um ambiente complexo e mutável; (iii) a importância do poder econômico e institucional.

A ênfase da teoria dos regimes urbanos recai sobre a relação entre o poder público e poder privado;

A teoria da regulação contribui com esta abordagem ao pontuar o papel do contexto econômico mais amplo e do governo nacional no desenvolvimento das coalizões locais.

Sob uma política neodesenvolvimentista, as coalizões locais tenderiam a se conformar e se desenvolver de forma completamente diferente do que sob uma política de austeridade fiscal.

As coalisões empreendedoras, também conhecidas como parcerias ou alianças público-privadas emergiriam no contexto da reestruturação econômica e da crescente hegemonia das políticas de austeridade fiscal e políticas neoliberais.

Os princípios da governança neoliberal se refletem na mudanças regulatórias visando promover este novo papel do poder público.

No Brasil, cabe destacar as progressivas mudanças regulatórias que vem sendo promovidas desde os anos 1990, entre as quais se destacam:

- Lei Federal Nº 8.987 (1995) - Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos
- Lei Federal N.º 9637 (1998) - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais (OSs), a criação do Programa Nacional de Publicização.
- Lei federal N.º 11.079 (2004) - instituiu o Programa de Parceria Público-Privada

A lei federal das PPPs inova ao reduzir os riscos do negócio para o setor privado, na medida em que veio acompanhada de uma gama ampliada de garantias públicas aos parceiros privados e aos financiadores dos projetos (DIPIETRO, 2015, p. 146).

“A repartição dos riscos entre a Administração e o parceiro privado é outro fator de importância que diverge do regime tradicional de repartição de responsabilidades conforme a atratividade e o modelo de negócio adotado para cada parceria.”

(Site da Prefeitura de São Paulo - <http://ppp.prefeitura.sp.gov.br/>)

Pode-se formular como hipótese que a forma e extensão das PPPs podem variar segundo a natureza das coalizões e o poder de barganha do poder público em relação ao poder privado.

Na literatura, se distingue PPPs no sentido amplo e no sentido restrito

Há um relativo consenso na definição das PPPs em sentido restrito: aquelas que se enquadram na lei federal N.º 11.079 (2004)

Mas não há uma clara definição do que sejam PPPs no sentido amplo.

Consideramos parcerias público privadas os processos que envolvem:

a) Atribuição a ente privado do “dever de executar obra pública e (ou) prestar serviço público, com ou sem direito à remuneração, por meio da exploração da infraestrutura, mas mediante uma garantia especial e reforçada prestada pelo Poder Público...”

b) Redução ou eliminação de riscos para o ente privado, envolvendo a contraprestação pecuniária em dinheiro, bens imóveis ou benefícios que possam ser convertidos em capital.

As operações urbanas também são consideradas uma modalidade de parceria público privadas por envolver a concessão de benefícios ao setor privado (na forma de índices urbanísticos especiais), que reduzem os riscos dos investimentos das empresas, visando arrecadar recursos para realização de obras e serviços públicas.

Em geral, todos os relatórios dos núcleos adotaram o conceito ampliado proposto nacionalmente. Mas observou-se grandes dificuldades na operacionalização do conceito ampliado.

Isso decorre sobretudo pela necessidade de analisar os contratos de concessão para o setor privado para a identificação de eventuais mecanismos de redução ou eliminação de riscos para o ente privado, envolvendo a contraprestação pecuniária.

Na prática, portanto, o conceito ampliado de PPP se expressa na identificação das PPPs baseadas na lei federal e nas OUCs, e eventualmente em outras formas de contrato onde se conseguiu identificar esses mecanismos.

## **2. A criação de regulamentações locais**

Constata-se a incorporação generalizada de leis regulamentando a contratação de Parcerias Público-Privadas no âmbito dos estados e municípios, em conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº 11.079/2004, visando dar segurança jurídica aos contratos celebrados.

11 Estados (Pará, Minas Gerais, Paraná, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Espírito Santo) e 13 municípios (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Maringá, Natal, João Pessoa, Campina Grande, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Vitória).



## Quadro 1 - Instituição das PPPs

Estado	Ano	Legislação	Município	Ano	Legislação
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	09 de novembro de 2017	Decreto nº 53.495	<b>Porto Alegre</b>	02 maio de 2017	Decreto n. 19736
<b>ESPIRITO SANTO</b>	10 de agosto de 2009	Lei nº 492	<b>Vitória</b>	18 outubro de 2013	Lei nº 8538
<b>CEARÁ</b>	07 setembro de 2009	Lei nº 14391	<b>Fortaleza</b>	13 junho de 2011	Lei nº 9.783
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	11 de outubro de 2005	Lei Nº 307	<b>Natal</b>	13 janeiro de 2011	Lei Nº. 6.182
<b>SÃO PAULO</b>	19 de maio de 2004	Lei nº 11.688	<b>São Paulo</b>	2007	Lei N.14.517

<b>PARANÁ</b>	11 de janeiro de 2012	Lei nº 17.046	<b>Maringá</b>	2013	Lei N. 9.653
			<b>Curitiba</b>	2006	Lei N. 11.929
<b>MINAS GERAIS</b>	16 de dezembro de 2003	Lei n. 14.868	<b>Belo Horizonte</b>	2005	Lei N. 9038
<b>RIO DE JANEIRO</b>	10 de julho de 2007	Lei N. 5068	<b>Rio de Janeiro</b>	2009	Lei N.105
<b>BAHIA</b>	27 de dezembro de 2004	Lei n. 9.290	<b>Salvador</b>	2006 e 2017	Lei 6.975/2006 (alterada pela lei nº 9.092/2016) e Decreto nº 28.336/2017
<b>PARÁ</b>	24 de julho de 2012	Lei Nº 7.649	<b>Belém</b>	12.05.2011	Lei n.º 8.847
<b>PARAÍBA</b>	07.11.2008	Lei N.º 8.684	<b>João Pessoa</b>	04.09.2014	Lei N.º 12.875
<b>PERNAMBUCO</b>	27/01/2005	Lei N.º 12.765	<b>Campina Grande</b>	03/05/2011	Lei Municipal N.º 5.043
			<b>Recife</b>	27/04/2015	Lei Nº 17.856

Essas regulamentações definem regras gerais para o estabelecimento das PPPs. Em geral, elas permitem o estabelecimento de PPPs por meio da delegação, total ou parcial, da prestação ou da exploração de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública. Algumas leis incorporam explicitamente as políticas urbanas como área de implantação de PPPs.

Mesmo que bem raras estas situações, as leis também podem restringir a instituição de PPPs em determinados setores. Aqui também se destaca a lei municipal de Belém, que proíbe a instituição de PPPs para os serviços e obras de saneamento básico, cobrança judicial e extrajudicial de tributos municipais e operação e fiscalização do trânsito.

### **3. A incorporação generalizada das PPPs e a disseminação das PPPs na área urbana**

Consenso generalizado – adotado por administrações com diferentes perfis políticos.

Apesar da generalizada disseminação, existem diferenças na efetivação das PPPs entre as cidades brasileiras

#### **Baixa incorporação**

Belém (Pará); Curitiba e Maringá (Paraná); Natal (Rio Grande do Norte), João Pessoa e Campina Grande (Paraíba), Recife (Pernambuco), Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Vitória (Espírito Santos).

#### **Alta incorporação**

Belo Horizonte (Minas Gerais), Fortaleza (Ceará), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), São Paulo (São Paulo) e Salvador (Bahia).

Há casos onde as PPPs apesar de serem pouco adotadas pelos municípios analisados, já são bem adotadas pelos governos estaduais, como no caso de Pernambuco/Recife.

No caso das OUCs, percebe-se a difusão e a efetivação mais generalizada nas cidades polos, com a RM de São Paulo se destacando pelo grande volume de operações.

## **4. Agências, instituições e mídias de difusão das PPPs**

### **a) Os discursos de legitimação das PPPs:**

- Política de austeridade - ausência de recursos públicos
- Modernidade versus atraso: eficiência administrativa
- Racionalidade administrativa - o êxito ou o fracasso das PPPs explicado pela modelagem capaz de atrair os parceiros privados: garantia de segurança contratual e redução dos riscos para o setor privado

### **b) As Instituições mediadores**

#### **(i) Agências estatais**

Ministério do Planejamento, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal.

(ii) Agências multilaterais

IFC - internacional Finance Corporation (World Bank Group)

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

(iii) Agências corporativas privadas

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção -

CNT - Confederação Nacional de Transporte -

(iv) Agências de risco

Fitch Ratings - Avaliação da modelagem das PPPs no Brasil.

(v) Centros de pesquisa e ensino

FGV - Fundação Getúlio Vargas

Insper - Curso de Curta Duração

Em parceria com a Católica Lisbon School of Business & Economics e com a Radar PPP, o Insper desenvolve cursos de Investimentos em Parcerias Público Privadas.

(vi) Portais - Mídias especializadas no tema

O Observatório das Parcerias Público-Privadas - PPP Brasil é um portal mantido por pessoas interessadas em debater e difundir fatos, ideias e opiniões a respeito das Parcerias Público-Privadas (PPPs).-

Radar PPPs - “Nossa missão é prover consultoria estratégica, informação e conhecimento relacionados aos contratos de investimento privado em infraestrutura e serviços públicos, inovando e criando mais valor para usuários, governos e investidores.”

(vii) Consultorias, consultores e think tanks

Radar PPP



Houer - modelagem em projetos público e privados

Braykes PPP - A Braykes PPP é uma empresa fornecedora de consultoria e assessoria para elaboração e execução de projetos de Parceria Público-Privada no Brasil para vários segmentos de mercado.

Elo Consultoria - Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento - Parcerias Público Privadas e Concessões de Serviços Públicos

FGV - Fundação Getúlio Vargas

Insper - Curso de Curta Duração

Jorge Arraes - ex-presidente CDURP

## **Avaliação das PPPs nos Municípios da Rede Observatório das Metrópoles:**

### **1. Belém**

PPPs no âmbito da RM de Belém

PPP de resíduos sólidos - Em 11/10/2012, foi publicada a assinatura do contrato do segmento de Resíduos Sólidos celebrado entre a Central de Tratamento de Resíduos - CTR Guajará e a Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN do Município de Belém para Concessão Administrativa, no modelo de Parceria Público-Privada, para execução dos serviços públicos de implantação e operação do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos do Município de Belém em caráter de exclusividade, incluindo serviços de encerramento e recuperação ambiental do atual local de destinação final dos resíduos sólidos do Município - Aterro do Aurá - SESAN.

OUC

Não foram identificadas OUCs em Belém

## **2. Belo Horizonte**

PPPs

Foram identificados 15 projetos de PPPs em execução na RM

O relatório identifica um total de 52 projetos de Parceria Público-Privada stricto sensu na RMBH. O número novamente elevado desta vez se deve a uma atuação vigorosa tanto do Governo do Estado de Minas Gerais, pioneiro no Brasil na introdução das PPPs como instrumentos de planejamento setorial, como da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

No entanto, desses 52 projetos, 37 (71% do total de iniciativas levantadas) não foram exitosos.

Em termos temáticos, o relatório evidencia que, enquanto as propostas de PPP voltadas para a os temas do transporte e mobilidade, abastecimento de água,

saneamento e limpeza urbana são recorrentes ao longo dos últimos 13 anos, duas das quatro temáticas mais representativas em termos quantitativo – os espaços de lazer e eventos e a iluminação pública – são tendências recentes na RMBH, aparecendo em grande número nos últimos quatro anos, ainda que, por hora, apresentem baixo índice de sucesso em termos de efetivação.

## OUC

No que se refere às Operações Urbanas, foi identificado um total de 50 projetos que utilizam o instrumento Operação Urbana desenvolvidos por cinco municípios que integram a RMBH, sendo 18 deles (36%) projetos que não tiveram suas leis específicas aprovadas. O número elevado se deve a uma particularidade do município de Belo Horizonte que trabalha desde 1996 com esse instrumento, não existente na legislação federal antes de 2001.

### **3. Curitiba**

Não foram identificados projetos de PPP efetivados

Em relação a OUC só foi identificada uma, a OUC Linha Verde.

### **4. Fortaleza**

PPPs

Desde 2011, identificou-se 79 propostas de PPPs para a RM Fortaleza (região metropolitana, sendo 88 no Estado). Dessas apenas uma foi concluída – a PPP de construção do Estádio Plácido Castelo (Castelão) para a Copa do Mundo de 2014 – e outras seis se encontram em execução na cidade de Fortaleza (e mais uma no município de São Gonçalo do Amarante, totalizando sete PPPs em execução na metrópole)

## PPPs em execução em Fortaleza:

- 1) Estádio Castelão - Concluída (o contrato para a reforma do Castelão foi o primeiro de PPP no Estado do Ceará) (estadual)
- 2) Aeroporto de Fortaleza - em execução (federal)
- 3) Vapt-Vupt (5 postos do Programa de Cidadania de atendimento e prestação de serviços aos cidadãos) - em execução (estadual)
- 4) BRT - BR 116 - em execução (municipal)
- 5) Fortaleza Bus - Em execução (municipal)
- 6) Concessão de incentivos fiscais do Parque Tecnológico - Em execução (municipal)

## OUCs

Foram identificadas 7 OUCs:

OUC Parque Foz Riacho Maceió

OUC Dunas do Cocó

OUC Jockey Clube

OUC Sítio Tunga

OUC Lagoa do Papicu

OUC Osório de Paiva

OUC Parque Urbano da Lagoa da Sapiroanga

## 5. Maringá

Não existem PPPs em execução na cidade de Maringá.

OUC

Em relação às OUCs, identificou-se a tentativa de implementação da Operação Urbana Consorciada Novo Centro Cívico - Eurogarden, aprovada em 2013 e revogada em 2018.

A Operação Urbana Consorciada (OUC) Novo Centro Cívico - Eurogarden Maringá foi aprovada pela Lei Complementar n. 946/2013. A referida OUC foi aprovada em 2013 e, dentre suas características, havia a intenção de instalação do Centro Cívico em simbiose com grandes torres de escritórios, residenciais e Shoppings. A área de instalação passou a ser "objeto de especulação imobiliária a partir da desativação do Aeroporto Gastão Vidigal, à Leste do Centro Tradicional de Maringá, no ano de 2001. A desativação ocorreu devido à inauguração de um novo aeroporto, Silvio Name, no extremo Oeste do perímetro urbano" (TÖWS; MENDES, 2015, p. 130).



## **6. Natal**

### PPPs

Foram identificados oito projetos de PPPs que seguem as orientações da Lei 11.097/04, sendo que apenas uma (Arena das Dunas) foi efetivamente implantada. Outras iniciativas são estudos autorizados pelo Comitê Gestor das PPPs.

### Governo Municipal

Não tem PPPs em execução.

OUCs

A Operação Urbana que mais avançou foi a Operação Urbana Ribeira, em Natal, com formação de alguns pequenos projetos de adesão ligados ao Patrimônio Histórico.

## **7. Paraíba**

PPPs

Não foram identificadas PPPs no âmbito do governo estadual, em execução na Paraíba.

No âmbito da Prefeitura de João Pessoa também não foram identificadas PPPs em execução.

No âmbito da Prefeitura de Campina Grande foi identificada uma PPP:

- Festa de São João. Pelo menos desde 2018 a festa vem sendo organizada a partir da modelagem de PPPs (Fonte: <https://oconciergeonline.com.br/trade-news/sao-joao-de-campina-grande-mantem-parceria-publico-privada-para-2019/>). O vencedor da licitação da Festa de São João de 2019 foi a Meadow Promo - Meadow Promo Serviços de Eventos e Estruturas Ltda. O diretor da empresa é Jomário Souto. (Fonte: <https://parlamentopb.com.br/dono-da-empresa-que-realizou-sao-joao-de-campina-grande-sera-homenageado-na-camara/>)

## 8. Porto Alegre

### PPPs em Porto Alegre

#### a) do Governo estadual

Não foram identificadas PPPs na capital, Porto Alegre. Na metrópole, destaca-se a PPP do saneamento, em fase de licitação

- CORSAN (Cia. Estadual de Saneamento) - A licitação foi lançada em 16 de agosto de 2019. A medida prevê a obtenção de investimentos para coleta e tratamento de esgoto em nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre - Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão. Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/08/16/governo-do-rs-lanca-licitacao-da-ppp-da-corsan.ghtml>

## b) do governo municipal

Foram identificados dois projetos em curso:

(i) Saneamento de Porto Alegre - Investimentos na expansão, modernização, operação e manutenção nas redes de água e esgoto, a fim de obter a universalização dos serviços de saneamento.

Vencedor pregão eletrônico: Consórcio formado por Hydroconsult, Houer e Machado Meyer

Apoio na Estruturação: BNDES

Situação do projeto: Estruturação do projeto

(ii) Iluminação Pública (concorrência pública Nº 09/2019, em 13 de Junho de 2019) - Concessão Administrativa dos serviços de Iluminação Pública no Município, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, melhoramento, efficientização, expansão, operação e a manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública.

Vencedor Leilão: Consórcio IP SUL

Período de contrato: 20 anos - Status do projeto: Fase de recurso

OUCs

Em Porto Alegre, só foi identificada uma OUC, a Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro (Lei Complementar Nº 630/2009).

## **9. Recife**

PPPs

No Âmbito Estadual:

Ate 2014, foram identificados três projetos de PPPs na RM Recife (existindo mais um fora da RM Recife, totalizando quatro projetos no Estado de Pernambuco) quatro incluídas no Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas

1.PPP da Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer da Praia do Paiva (Cabo de Santo Agostinho) – Governo do Estado de Pernambuco - Contrato de Concessão Patrocinada.

Esse foi o primeiro contrato de Parceria Público-Privada de Concessão Patrocinada, celebrado em 28.12.2006, entre o Estado de Pernambuco (Concedente), por intermédio do Comitê Gestor das Parcerias Público-Privadas - CGPE e, pela Via Parque S/A (Concessionária), uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, constituída pelos adjudicatários da licitação: Consórcio Odebrecht Investimentos em Infra -Estrutura Ltda e Construtora Norberto Odebrecht S/A.

2.PPP da Arena Multiuso da Copa 2014 – Governo do Estado de Pernambuco - Contrato de Concessão Administrativa.

O objeto da Concorrência Pública Internacional 001/2009 foi adjudicado, em 14.05.2010, ao Consórcio Cidade da Copa, formado pelas empresas Odebrecht Investimentos em Infra-Estrutura Ltda. e Odebrecht Serviços de Engenharia e Construção S/A.

3. PPP do Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana do Recife e do Município de Goiana (celebrado pela COMPESA e a Concessionária Foz do Atlântico Saneamento S.A). O Consórcio vencedor da licitação era formado pelas empresas Foz do Brasil, do grupo Odebrecht, e a empresa Lidemar Construções

No âmbito municipal:

1. PPP da Orla – A PPP foi lançada no dia 18 de abril de 2017. A parceria público-privada (PPP) estabelecida entre a Prefeitura da Cidade do Recife e a Universidade Maurício de Nassau, visava viabilizar novos equipamentos para 73 barraqueiros da orla do bairro de Boa Viagem, na Zona Sul da cidade. (Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/noticias/spu-participa-de-lancamento-de-parceria-publico-privada-na-orla-de-recife>)



## OUCs

Foi identificada apenas uma OUCs em execução:

1. Operação Urbana Consorciada Joana Bezerra (OUC-JB) - (Lei No 17.645), em 2010.

## 10. Rio de Janeiro

### PPPs

O desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao fomento de parcerias com entes privados em novos formatos jurídico-institucionais, tanto no âmbito municipal quanto no estadual, resultou em 15 iniciativas de implementação de projetos de PPPs (no sentido delimitado pela legislação federal vigente), quatro Operações Urbanas Consorciadas - OUCs, e uma modalidade de parceria público-privada local (que não se encaixa na legislação federal) ao longo de dez anos.

Primeiramente, somente quatro das 10 iniciativas municipais de PPPs e OUCs de fato foram iniciadas e se mantêm em execução. Além disso, nenhuma das nove iniciativas do governo estadual tiveram sucesso até o momento.

Aqui cabe destacar que apesar de uma das iniciativas do governo estadual ter sido iniciada, a PPP do Complexo Maracanã, esta encontra-se em processo de

judicialização. Isto certamente demonstra uma grande dificuldade institucional em se alcançar os objetivos propalados pelos PROPAR, fato que em si mesmo é bastante relevante e requer maior investigação sobre suas causas e características.

a) do Governo estadual

- Complexo do Maracanã - executada até ser suspensa

b) governo municipal

- PPP do Porto Maravilha - em execução. A PPP do Porto Maravilha é considerada a maior PPP do Brasil em termos de valores e foi concebida para a recuperação da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural da região portuária, por um período de 15 anos, com um contrato no valor de R\$7,61 bilhões.

- PPP do VLT - em execução. O VLT terá 28 Km de trilhos, com previsão de seis linhas e 42 pontos (38 paradas e quatro estações), integrando o Centro e a

Região Portuária (Figura 2), sendo que duas linhas e 32 paradas já estavam construídos e em funcionamento até dezembro de 2018, com a previsão da terceira linha entrar em operação no início de 2019.

- PPP do Parque Olímpico- em execução. A PPP do Parque Olímpico, considerada a segunda maior do país, foi aprovada em 2012, e visa a realização das obras e serviços para as Olimpíadas 2016 e a manutenção de alguns equipamentos urbanos e esportivos no local. A PPP do VLT foi aprovada em 2013, e envolve as obras de implantação, compra dos trens e sistemas, operação e manutenção do VLT durante um período de 25 anos, com um contrato no valor de R\$ 1,35 bilhão.

- Carnaval de Rua (fora da lei federal) - em execução. É concessão não onerosa para a organização do Carnaval de rua, que apesar de não se enquadrar na legislação federal de PPPs e não envolver contraprestação pecuniária direta do poder público, envolve contrapartida que reduz ou elimina os riscos para o ente privado. Em troca da organização do carnaval de rua, o contrato garante a venda exclusiva de cerveja e outras bebidas, por parte do financiador do projeto. Assim, conforme o edital, no período de inscrição dos interessados em

vender a mercadoria nas ruas está a exigência de “atuar, exclusivamente, na promoção da marca habilitada” (MACHADO, 2017).

## OUCs

- Porto Maravilha - em execução
- Parque Natural Municipal da Barra da Tijuca - executada - na Câmara de Vereadores para ser renovada

## **11. Salvador**

### PPPs na RM Salvador

Foram encontrados sete projetos em execução (um em processo em licitação e dois ainda em estudo).

Das sete parcerias público-privadas em execução, duas são de mobilidade, três de saúde, uma de saneamento, e também uma de lazer/cultural (Quadro 1).

Quadro 1 - Projetos de PPPs em execução, licitação e em estudo na RMS

PPP	Fase	Ligadas	Firmadas no governo	Ano	Valor da contraprestação anual - 2018 (R\$)
Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe	Em execução	Governo do Estado da Bahia	Paulo Souto (PFL/DEM)	2006	77.574.340
Arena Fonte Nova	Em execução	Governo do Estado da Bahia	Jaques Wagner (PT)	2010	156.236.310
Hospital do Subúrbio	Em execução	Governo do Estado da Bahia	Jaques Wagner (PT)	2010	198.770.594
Metrô Salvador-Lauro de Freitas	Em execução	Governo do Estado da Bahia	Jaques Wagner (PT)	2013	199.496.113

Instituto Couto Maia	Em execução	Governo do Estado da Bahia	Jaques Wagner (PT)	2013	26.147.624*
Diagnóstico por Imagem	Em execução	Governo do Estado da Bahia	Rui Costa (PT)	2015	106.328.538
Monotrilho	Em execução	Governo do Estado da Bahia	Rui Costa (PT)	2018/2019	-

\* Contraprestação paga a partir de 2018.

Fonte: Elaboração própria com base nos sites oficiais do governo do Estado da Bahia e Prefeitura Municipal do Salvador.



## OUCs

Em Salvador, as operações urbanas consorciadas ainda estão em estudo e compreendem três grandes áreas do município (OUC - Ribeira, Centro Histórico e Orla Atlântica) e foram delimitadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2016.

## **12. São Paulo**

### PPPs na RM de São Paulo

#### Governo Estadual

O Estado de São Paulo foi o primeiro Estado a fazer um contrato de PPP no país, em 2006 (Linha 4 do Metro). Desde então já foram celebrados mais 11 contratos de PPPs

Lista dos Projetos em execução na RM de São Paulo:

1. Linha quatro do Metrô -amarela: A Linha 4 (Amarela) do Metro paulistano foi o primeiro contrato de PPP assinado no Brasil, em 29/11/06, embora as obras desse ramal tenham se iniciado em 2004. O primeiro trecho entrou em funcionamento em maio 2010. O consórcio ganhador da licitação é formado pelo Grupo Camargo Corrêa, Montgomery, Mitsui & Co., RATP Développement e Benito Roggio Transporte.

2. Modernização dos trens da Linha 8 da CPTM. Trata-se de um contrato de concessão administrativa para modernização e compra de 36 trens, com 8 carros cada, pela Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos (CPTM). O contrato, que foi assinado em 19/03/2010, tem o prazo de vigência de 20 anos. O valor do investimento total é de R\$1,8 bilhões de reais, sendo que o consórcio ganhador será responsável pelo custeio de R\$ 930 milhões de reais.

3. PPP Habitacional para a Área Central da Cidade de São Paulo - A partir da aprovação da proposta de PPP Habitacional pelo Conselho, foram realizadas iniciativas que resultaram no lançamento do Edital de Chamamento Público nº 004/2012 para a Área Central da Cidade de São Paulo, em 16/4/2012, com a finalidade de receber estudos de Parceria Público-Privada para a oferta de 10.000 unidades habitacionais para famílias com renda de 1 a 10 salários mínimos e na assinatura de convênio de cooperação entre o Governo do Estado de São Paulo, pela Secretaria de Habitação, e o município de São Paulo, pela Secretaria Municipal de Habitação, e a COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, em 22/9/2014, visando à implantação de HIS na área central do município.

## Governo Municipal:

1. PPP da Habitação. O Programa completo prevê a construção de 34 mil novas habitações e investimentos de R\$ 7,5 bilhões a serem realizados pela iniciativa privada. A demanda será definida prioritariamente pela Prefeitura de São Paulo, (Cohab-SP e Sehab) e também atenderá famílias indicadas pelo Governo do Estado, desde que residentes do município.

Atualmente a PPP da habitação está na sua segunda etapa (Fonte: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-comeca-segunda-etapa-da-ppp-da-habitacao>)

## OUCs

A RM São Paulo é a que mais adota OUCs

14 OUC em Plano Diretor  
10 OUC em Lei Específica



Fonte: relatório Núcleo São Paulo

## **13. Vitória**

PPPs na RM Grande Vitória- Levantamento:

Governo Estadual

1. Faça Fácil (Desenvolvimento - Administração pública em geral) - Iniciada em 2013 - envolvendo todos os municípios do Estado - Vigente

Tem mais duas PPPs de âmbito municipal, mas nenhuma em Vitória. São elas:

1. PPP Saneamento Serra (Saneamento) - Iniciada em 2014 no município de Serra - Vigente

2. PPP Saneamento Vila Velha (Saneamento) - Iniciada em 2017 no município de Vila Velha - Vigente

OUCs

Não foram identificadas Operações Urbanas em Vitória

Próximos passos: sistematizar todas as modalidades de parcerias público-privadas identificadas nos relatórios, segundo os seguintes itens:

- a) Áreas temáticas das parcerias (renovação urbana, mobilidade, saneamento, habitação, saúde, educação, cultura, etc.)
- b) modalidades (Lei Federal nº 11.079/04, destacando se é concessão patrocinada ou administrativa; OUCs; e outras modalidades locais que não se enquadrem na lei federal mas que estejam de acordo com a definição proposta)
- c) âmbito do governo (federal, estadual e municipal)
- d) valor do contrato (criar algum parâmetro de tabulação)
- e) Corporações e empresas envolvidas (tentando identificar recorrência e a existência dos grandes conglomerados)
- f) Efetividade (estágio da PPP: elaboração, implementação e funcionamento, avaliando eventuais impasses, paralisações ou reversões nos processos de PPPs)
- g) razões para a não efetivação (criar algum parâmetro)
- k) Contestação e conflitos (criar algum parâmetro)